



ENSINO DO RENASCIMENTO PARA O ENSINO MÉDIO ATRAVÉS DO USO DE DOCUMENTOS

Isabel Adelorada Ciappina
Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão
isabelbelinh@hotmail.com

RESUMO

Existem diversos debates sobre o ensino de história que perpassam décadas a fio, dentre eles encontram-se discussões como as de Rüsen (2007) em relação à metodologia de ensino e ao objetivo de se estudar história. Esses assuntos vêm desde a formação do professor na universidade até a sua inserção na sala de aula, com a tentativa de incorporar as pesquisas feitas na universidade nas ações didático-pedagógicas para que não se distanciem, servindo como forma de complementação da teoria com a prática. Uma maneira que contribui muito com essa aproximação é quando Bittencourt (2011) menciona a utilização de diferentes linguagens e fontes no ensino de história em sala de aula, sendo de suma importância o uso de documentos para aproximar os alunos dos conteúdos de história. Por isso, um dos focos desta pesquisa está no método de ensino através do uso de documentos, capaz de tornar o ensino mais atrativo para os alunos. Outro foco de estudo está na formação do pensamento histórico do Renascimento pelos humanistas contidas nos documentos aos quais analisarei. Considerando alguns problemas fundamentais, que são: Como adequar o uso de documentos ao ensino de História? Qual a maneira adequada de prender a atenção dos alunos através de documentos? Como transmitir as idéias inovadoras dos humanistas contidas nos documentos para os alunos? Este estudo se embasa na noção de consciência histórica de Rüsen (2007), nos estudos de didática feitos por Bittencourt (2011) e ainda nas relações de didática com prática de ensino de Fonseca (2003). Apenas para citar alguns. Mas como a pesquisa esta em andamento, apresentamos como resultados parciais, a discussão bibliográfica feita com estes autores.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de história; Uso de documentos; Prática de Ensino; Livro Didático.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de história se baseia nas práticas de pesquisas existentes para poder consolidar um ensino-aprendizagem de qualidade a respeito do conhecimento histórico, voltado para os próprios alunos. Nesse sentido, faz-se necessário o auxílio de linguagens e técnicas que foram incorporadas pelas escolas hoje em dia como o uso da tecnologia ou mesmo de documentos extra que auxiliam o conhecimento, contribuindo, como diz Azevedo (2010, p. 2) “para uma aprendizagem significativa do aluno, pois falta a este saberes para a leitura e compreensão do mundo que o cerca.”

Por isso, a importância do uso de documentos para contestar o conhecimento exposto no livro didático como menciona Schimidt, Cainelli (2004, p. 92) “o trabalho com o documento histórico em sala de aula é importante para a desconstrução de determinadas imagens canonizadas a respeito do passado.” Caracterizando uma maneira inovadora de utilizar um velho



método de ensino, mas não perdendo sua principal função de prova do real que deixou de ser o centro das atenções, passando a interagir com o cotidiano do aluno.

Por isso, um dos propósitos desta pesquisa é a análise metodológica do uso de documentos partindo da concepção de Bittencourt (2011, 330), segundo a qual os documentos são materiais mais atrativos e estimulantes para os alunos, incentivando-os a ligar o conteúdo dos documentos com a sua realidade, seus anseios e inquietações, despertando sua curiosidade e interesse pelas aulas de história. Assim, o uso de documentos em sala de aula tem a função de aumentar a percepção crítica dos alunos e sua capacidade de interpretação de texto. Tendo em vista que a intenção da utilização deste método de ensino não é de formar pequenos historiadores e sim de contribuir com a prática de ensino para um melhor aprendizado que conforme Rüsen (2007, p. 87) “‘aprender’ significa, antes, uma forma elementar da vida, um modo fundamental da cultura, no qual a ciência se conforma, que se realiza por ela e que a influencia de forma marcante.”

Outro propósito que não deve ser esquecido é em relação ao pensamento histórico do Renascimento na perspectiva dos humanistas que se tornaram propagadores do conhecimento. Dessa forma, será de fundamental importância os estudos feitos por Rüsen (2007, p 16) em se tratando da noção de consciência histórica, onde o processo de aprendizado está relacionado com as formas e funções da produção histórica. Ao se referir à tomada de consciência dos humanistas, observa-se que está ligada à noção de consciência histórica de Rüsen (2007, p 52), quando ela “possibilita estipular, consciente e sistematicamente, como os homens podem ou devem agir em determinadas situações ou sob determinadas condições.” Visão esta que esclarece o feito dos humanistas quando se posicionavam sobre assuntos polêmicos como política e religião, cada um utilizando sua experiência de vida e formação cultural para expressar seu ponto de vista.

O tema utilizado será o Renascimento, visto que é bem rico em produções culturais servindo para compreender diversos assuntos do cotidiano dos alunos. Portanto, elejo os seguintes documentos: *Elogio da Loucura* de Erasmo de Rotterdam, *A Utopia* de Thomas More e *O Príncipe* de Maquiavel, pois são obras de humanistas que inovaram o pensamento do século XVI,



além de serem obras muito estudadas em turmas do primeiro ano do Ensino Médio e de fácil compreensão dos alunos. Ainda utilizarei o livro didático do Ensino Médio partindo do pressuposto de que é um conhecimento que está ao alcance dos alunos, mas que não é portador da verdade absoluta, sendo necessário questioná-lo e complementá-lo; suprir suas deficiências é o que esta pesquisa se propõe.

Elenco as seguintes problemáticas: Porque os alunos encontram-se desmotivados ao estudar História no Ensino Médio? Porque os alunos encontram-se desmotivados ao estudar História no Ensino Médio? Quais mudanças de pensamento são sugeridas pelos humanistas em relação à política e religião para a formação da sociedade ideal? Qual a percepção do aluno sobre o período? Como adequar o uso de documentos ao ensino de História? Qual contribuição no ensino-aprendizagem o uso de documentos pode proporcionar? Como aproximar o conteúdo com o cotidiano dos alunos?

Em se tratando da metodologia, pretendo utilizar bibliografias que ensine sobre o uso de documentos em sala de aula, a problemática da utilização de livros didáticos e o contexto histórico do Renascimento.

Entretanto, como nesta comunicação, apresento apenas os resultados parciais, então, limitar-me-ei, aqui, a uma discussão bibliográfica sobre autores já estudados, em vista desta pesquisa.

2 DISCUSSÃO E RESULTADOS

O material didático, por excelência, nas escolas, é o livro didático, que é um material pedagógico específico para os alunos e seu instrumento de trabalho não pode ser esquecido pelo professor ao ministrar uma aula, onde o livro didático tornou-se de acordo com Fonseca (2003, p. 52) “em sintonia com os currículos, (...) o canal privilegiado para a difusão de determinados saberes históricos.” É muito utilizado como norteador do conhecimento didático dos alunos tendo como funções segundo Bittencourt (2011, p. 307) de “avaliar a aquisição dos saberes e competências; oferecer uma documentação completa proveniente de suportes diferentes; facilitar aos alunos a apropriação de certos métodos que possam ser usados em outras situações e em outros contextos.”



Considerando que existem muitas políticas envolvidas na construção de um livro didático deixando seu conteúdo tendencioso e abordando a visão de quem o escreveu. Partindo desse pressuposto Fonseca (2003, p. 56) argumenta que “O exercício da crítica é nossa principal ferramenta nas lutas cotidianas pela (re)construção da história.” O professor se torna um importante mediador para aparar as arestas entre o conhecimento exposto pelo livro didático e o conteúdo em si de forma que direcione o conhecimento dos alunos para a meta geral do ensino de história, a formação de alunos conscientes do seu papel na sociedade.

Com isso, surgem vários estudos sobre o conteúdo contido no livro didático os quais geram muitas críticas a seu respeito como relata Bittencourt (2011, p. 300) “apontam para muitas de suas deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais ou informativos.” Dando a ideia de que não existe um livro didático ideal que seja capaz de solucionar todos os problemas enfrentados pelo professor.

Neste ponto entra o documento que, dentre suas inúmeras utilizações metodológicas pode complementar o conteúdo exposto pelo livro didático suprindo suas lacunas e contestando o seu conteúdo para que o aluno não fique à mercê de suas deficiências tomando tudo como verdade absoluta. Com o uso de documento o aluno interage com o professor e este estimula seu conhecimento sobre o passado tornando o ensino mais interessante para o aluno, como diz Schimidt, Cainelli (p. 93) “O documento passou a ser instrumento didático para o professor porque ajudaria a tirar o aluno de sua passividade e reduziria a distância de sua experiência e seu mundo de outros mundos e outras experiências descritas no discurso didático.” O uso do documento em sala de aula passou a ser uma forma de o professor estimular os alunos à análise histórica.

Porém, quando se trata de usar o documento – não só o literário – como material didático deve se ter consciência de que o professor traça objetivos para seu uso e metas a ser alcançadas, fazendo parte de todo um planejamento antes da execução da aula, o que resulta na escolha da fonte literária e sua aplicabilidade em sala de aula. Observando a maturidade cognitiva dos alunos, pois, segundo Bittencourt (2011, p. 329), “Os jovens e as crianças estão ‘aprendendo História’ e não dominam o contexto histórico em que o documento foi produzido.” Por isso, tem



que se ter atenção na escolha da fonte, atentando para a faixa etária dos alunos, o que implica na linguagem utilizada no documento, devendo ser de fácil compreensão para eles. Ainda, observar o momento adequado da inserção dos mesmos (dos documentos), considerando que os alunos possuem conhecimento prévio do assunto, de forma rasteira, nem sempre bem estruturada para eles, levando o professor a direcionar esse conhecimento ou em alguns casos construí-lo junto com a turma.

Os alunos podem ficar desmotivados quando um professor não utiliza o documento de maneira correta. A esse respeito Bittencourt (2011, p. 330) se refere que “A má seleção deles [documentos] compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material.”

Mas, os documentos são materiais voltados para um público amplo que o professor, através de seus métodos de ensino os adéqua como materiais didáticos, de maneira que proporcionem uma boa compreensão por parte dos alunos, complementando o livro didático, suprimindo suas lacunas e contestando o seu conteúdo para que o aluno não fique à mercê de suas deficiências tomando tudo como verdade absoluta.

O uso de documento ainda contribui de acordo com Bittencourt (2011, p. 300) com o ensino-aprendizagem para que se possa chegar ao aperfeiçoamento dos métodos de educação escolar tido como tradicionais. Item que será complementado com a realização de oficinas para observar na prática como funciona este método.

Mas, para torná-los em materiais didáticos, o professor deverá recorrer a métodos de ensino específicos, começando por reconhecer a especificidade do conteúdo a ser trabalhado, prosseguindo com a escolha dos documentos e, por fim, caracterizando-os.

Assim, o conteúdo a ser trabalhado é o Renascimento que se caracteriza por ser conforme Le Goff (1995)

um período de transformações. [...] O artesanato, mais duramente explorado, [...] os fatores políticos desempenham um papel capital. [...] É a era do Príncipe. [...] Desaparecerá o intelectual da Idade Média. O primeiro plano cultural será ocupado por um personagem novo: o humanista.



Neste sentido, constata-se que o Renascimento é bem rico em produções culturais servindo para compreender diversos assuntos do cotidiano dos alunos.

Por isso, os documentos que propomos trabalhar nas oficinas são de autores humanistas, sendo: *Elogio da Loucura*, de Erasmo de Rotterdam; *A Utopia* de Thomas More e *O Príncipe* de Maquiavel. Considerando-se relevante mencionar uma breve biográfica dos autores destas obras: Desidério Erasmo, autor de *Elogio da Loucura*, mais conhecido em todo o mundo como Erasmo de Rotterdam, é considerado um dos humanistas de maior destaque durante o século XVI, nascido em Rotterdam, na Holanda, no ano de 1466. Ingressou na ordem dos agostinianos, onde se ordenou padre em 1492. Foi nomeado secretário do bispo de Cambrai. Estudou teologia, conforme Prunzel (2007, p. 6), na Universidade de Paris. Partiu para a Inglaterra, segundo Martins (2005, p. 124), com o intuito de conhecer a Universidade de Oxford, acabando por ter contato com humanistas ingleses como Thomas More e John Colet que o influenciaram bastante. Sendo assim, Prunzel (2007, p. 6), fala que ele teve grande influência de clérigos, estadistas e universitários ao longo de sua vida.

Thomas More, em latim (*Morus*), que escreveu *A Utopia*, foi um importante adepto do Humanismo na Inglaterra, tendo nascido em Milk Street, região de Londres, no ano de 1477. Segue a profissão de advogado, como menciona Nasseti (2005, p. 115), a mesma de seu pai. Entra na Universidade de Oxford, em 1492. Tem contato com John Colet e Erasmo de Rotterdam, seu profundo admirador e confia-lhe a publicação de sua maior obra *A Utopia*, em 1516. Estando em meio a uma intensa vida diplomática tornando-se, de acordo com Nasseti (2005, p. 116), membro do parlamento, em 1504. É escolhido para o cargo de chanceler, quando se opõe ao divórcio de Henrique VIII, apesar de apresentar, como diz Nasseti (2005, p. 115), um caráter tolerante em se tratando da religião como expresso em seu livro.

Niccolò Machiavelli, popularmente conhecido como Nicolau Maquiavel, autor de *O Príncipe*, nasceu em Florença, na Itália, no ano de 1469, cidade onde se envolve na política, ocupando ao longo de sua vida, como conta Nasseti (2005, p. 184) os cargos de secretário da República, chanceler e magistrado. Situação que contribuiu para seu forte conhecimento da

política, pois a Itália encontrava-se conforme Bellozo (s/d, p. 2) com grande instabilidade, contando com constantes alternâncias de poder. Além disso, fazia muitas viagens e missões para diversas regiões propiciando contato com outros governantes. Mas, Bellozo (s/d, p. 3) relata que, em 1513, Maquiavel foi demitido, preso e torturado, durante o governo dos Médici, sendo exilado em São Casciano. Foi naquele mesmo ano que escreveu sua obra mais celebre, *O Príncipe*, na tentativa de retornar ao poder que lhe foi tirado.

Dessa forma, o Humanismo foi o movimento intelectual do Renascimento. Segundo Dubois (1995, p. 198), esse movimento “é a descoberta do homem como sujeito, não mais como essência ou objeto. Nem rival de Deus, nem simples ‘mosca entre as mãos de deuses cruéis’. O homem nada mais que humano, porém cada vez mais humano – esse o objetivo do humanismo.” Portanto, o Humanismo pode ser considerado um movimento que previa a valorização do ser humano como um ser pensante e não mais como objeto das vontades dos deuses, inclusive do Deus cristão.

Até o século XVI, todo o conhecimento estava nas mãos da Igreja, o que fazia os filósofos serem antes homens da Igreja para poderem ter acesso a tudo isso. Alguns dentre eles, entretanto, tiveram dificuldades com a Igreja, correndo o risco, a todo o momento, de serem perseguidos, pois tinham uma originalidade de pensamento e ideias inovadoras, que traziam em meio às grandes descobertas científicas e valorização cultural.

Situação que estava mudando com a influência do Renascimento e a atuação dos humanistas, que, de acordo com Lins (1967, p. 79) “seus raciocínios começam a ser de civilizados: são lóbos inteligentes. Ora, imaginai um lobo a raciocinar sôbre (sic) a sua espécie: codificará o homicídio.” Visto que, depois de muitos conflitos entre alguns, que foram considerados heresiarcas e a Igreja, os humanistas começaram a pensar estratégias para evitar combates inúteis, procurando se instruírem e instruir a população. Pois, até aquele tempo, a maioria da população não tinha instrução; portanto, vivia ludibriada, não tendo embasamento suficiente para contestar o que as autoridades (religiosas e políticas) diziam e faziam.



Os humanistas levaram o conhecimento para a população alertando-a das más ações dessas autoridades, mostrando que era bom ter conhecimento para não ser tido como tolo. O povo foi adquirindo instrução aos poucos, como Erasmo (2005, p. 47) menciona: “aos poucos, foi desaparecendo a inocência do século de ouro”.

Dessa forma, os humanistas incentivavam a população a ter o hábito de ler e escrever, sendo que antes existiam pessoas que apenas sabiam ler e não sabiam escrever, além de haver os ouvintes leitores, isto é, aqueles que ouviam a leitura feita por outras pessoas.

A invenção da imprensa revolucionou esta realidade, pois como lembra Ribeiro (2007, p. 30), a invenção da imprensa barateou o preço do livro, favorecendo a leitura individual. Então, o livro expandiu-se para além da Igreja e das universidades, ajudando, por conseguinte, a aumentar a força do humanismo por toda parte. Como Chaunu (1975, p. 29) afirma: “o meio humanista é um pouco a ponta de um leitor mais vasto que o da Igreja, abrangendo-o em grande parte. [...] No entanto, sem o livro impresso não existe revolução humanista.”

Então, o Humanismo levou o conhecimento às pessoas para que elas pudessem perceber a realidade e não serem manipuladas, pois o papel da educação humanista era formar indivíduos com dignidade e participativos da sociedade. Mas apenas durante o século XVI com a ampliação do conhecimento que diversos autores começaram a se preocupar com a influência das autoridades na manipulação da população em geral. Entretanto, Maquiavel –também um humanista – contrapôs esta ideia humanista defendendo, de acordo com Bellozo (s/d, p. 5), que a conquista e manutenção do poder, são resultados da manipulação popular realizada pelo príncipe.

Dessa forma, ao analisar a estrutura de tais documentos constata-se que são obras literárias. Entretanto, o *Elogio da Loucura*, de Erasmo apresenta uma estrutura indiferenciada não contendo divisão de capítulos, não apresentando títulos, índice ou prefácio, comuns em obras literárias, pois, segundo aponta Paviani (2003, p. 553):

Titulo, índice, prefácio, tudo isso que parece algo absolutamente abstrato, objetivo, denotativo, na realidade são recursos de entrelaçamento do texto com o autor e o leitor. Por mais que o texto filosófico exija autonomia, há algo nele do autor, um trabalho de convicção e não apenas um distanciamento lógico.

Sendo assim, constata-se que a obra apresenta traços filosóficos, que, de acordo com Paviani (2003, p. 552), contém as seguintes características: tornar o texto mais imparcial e desafiar a visão crítica do leitor; características que estavam surgindo no Renascimento, quando os autores, principalmente os Humanistas, estavam se posicionando sobre determinados assuntos, fossem eles sociais, culturais ou científicos.

Agora, em se tratando da obra *A Utopia* de Thomas More e *O Príncipe* de Maquiavel, são obras literárias tradicionais que abordam divisões de capítulos e todos os itens necessários que compõem uma obra literária. Porém, na obra *A Utopia* o autor utiliza da ficção para descrever um mundo ideal, ou seja, o imaginário de uma ilha. Já em *O Príncipe* o autor se embasa em acontecimentos reais para relatar um modelo de príncipe.

Mas, como se trata de obras literárias estas fontes transportam o leitor para diversos mundos, no caso de *A Utopia*, não deixando de lado a realidade sobre a qual se baseia para escrever, conforme relata Pinsk, Luca (2009, p. 67) “toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem.”

Não podemos nos esquecer de que *O Príncipe* é considerado, além de literatura, uma obra filosófica e política, como menciona Cortina (1995, p. 98) “assenta-se sobre uma base temática, valendo-se de modo de organização dissertativo de seu discurso para argumentar seus pontos de vista.” Pois Maquiavel em seu texto tenta manipular o destinatário – Lorenzo de Médici, para o qual o livro é dedicado – em prol de um ideal que deveria ser aceito por ele. Característica esta que torna *O Príncipe* uma produção filosófica do Renascimento, sendo considerado um manual que visa uma construção do saber em torno d’ *O Príncipe*. Também adquire caráter político quando se constata a vontade de Maquiavel ver uma Itália unificada atribuindo para isso em seu livro, modelos práticos de príncipe que, conforme Cortina (1995, p. 93), “corresponde a um ‘manual de instruções para a conquista e manutenção do poder de um príncipe’ e, como tal, constrói-se por meio de uma estrutura característica desse tipo de discurso.” Considerando que no



período em que a obra foi produzida, século XVI, esse tipo de discurso retórico que expressa o ponto de vista do autor sobre um determinado assunto, estava no seu auge, permeando diversas obras do Renascimento.

Por conseguinte, as obras: *Elogio da Loucura* de Erasmo de Rotterdam, *A Utopia* de Thomas More e *O Príncipe* de Maquiavel, apresentam características do Renascimento e um modelo idealizado de organização social.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Por fim, até este ponto da pesquisa pode-se considerar que o uso de documento em sala de aula contribui muito na formação dos alunos, pois é uma maneira de prender sua atenção. Ainda estimula o processo de ensino-aprendizagem dos mesmos ligando o conteúdo ensinado com sua realidade para que eles compreendam que a história não está isolada no passado.

Outra consideração a ser feita é em relação à consciência histórica formada nos alunos a respeito do Renascimento, pois cada aluno é portador de um conhecimento prévio que pode ser relevante para compreender os documentos que serão estudados nesta pesquisa.

4. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; O uso de fontes e diferentes linguagens no ensino de história na educação básica. In: **Anais – XVI seminário de pesquisa do CCSA**, 2010.

BELLOZO, Edson; **Maquiavel e as origens do pensamento político moderno**. s/d.
<http://www.miniweb.com.br/ciencias/artigos/maquiavel.pdf> Acesso em: 15/10/14

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; **Ensino de história: fundamentos e métodos**, 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2011.

CHAUNU, Pierre; O humanismo. In: **O tempo das reformas (1250-1550)** Trad. Cristina Diamantino. Lisboa: Ed. 70, v. 2, 1975. p. 13-68.

CORTINA, Arnaldo; As condições históricas de produção de O príncipe de Maquiavel e sua organização discursiva. **Alfa: revista de linguística**, São Paulo, v. 39, p. 87-109, 1995.
<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3972/3647> Acesso em: 10/11/14

DUBOIS, Claude Gilbert. Anthropos: a construção do ego. In: **O imaginário da renascença**. Trad. Sergio de Bath. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. p. 195-228.



FONSECA, Selva Guimarães; **Didática e prática de ensino de história**: Experiências, reflexões e aprendizados. – Campinas, SP: Papyrus, 2003.

LE GOFF, Jacques; Do universitário ao humanista; In: **Os Intelectuais na Idade Média**. trad. Maria Julia Goldwasser; São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995. p. 95-123.

LINS, Ivan; **Erasmus, a renascença e o humanismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.20, 1967.

MAQUIAVEL, Nicolau; **O Príncipe**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARTINS, Alex. Apêndice. In: ROTTERDAM, Erasmo de. **Elogio da Loucura**. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2005. p.117-125.

MORE, Thomas; **A Utopia**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

NASSETTI, Pietro. Apêndice. In: MORE, Thomas; **A Utopia**. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.p.115-126.

PAVIANI, Jayme. O texto filosófico-literário e o texto literário-filosófico. **Veritas**: Revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 48, n. 4, dez, 2003, p. 549-558.
<http://conhecimentodoconhecimento.wikispaces.com/file/view/Paviani,+Jayme+-+O+texto+filos%C3%B3fico.pdf>. Acesso em: 07/10/2011.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. DE; A memória evanescente; A fonte fecunda. In: **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-28; 61-92.

PRUNZEL, Clovis; **Lutero e Erasmo**: Pontos de Contato e Divergências. 2007.
http://www.seminarioconcordia.com.br/Artigos_Prunzel/Lutero%20e%20Erasmus%20Pontos%20de%20Contato%20e%20Diverg%C3%BAncias.pdf. Acesso em: 17/01/2011

RIBEIRO, G. M.; CHAGAS, R. L.; PINTO, S. L. **O renascimento cultural a partir da imprensa**: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. Akropolis, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 29-36, jan./jun, 2007. <http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/1413/1236>. Acesso em: 09/10/12

ROTTERDAM, Erasmo de; **Elogio da Loucura**. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2005.

RUSEN, Jorn; **História viva: teoria da história**: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.

SCHIMIDT, M. A., CAINELLI, M.; As fontes históricas e o ensino da história, In: **Ensinar história**. – São Paulo: Scipione, 2004. p. 89-110.